

**‘A GENTE DESCANSA DE UMA COISA FAZENDO OUTRAS’:
ENTRE MUITAS MÃOS, POR UMA OUTRA EDUCAÇÃO, CONSTRUÍMOS O
COLETIVO NEAN OJU OBÁ**

***‘We get a rest from one thing by doing others’: between many hands, for
a different education, we built the NEAN Oju Obá Collective***

***‘Descansamos de una cosa haciendo otras’: entre muchas manos, por otra
educación, construimos el Colectivo NEAN Oju Obá***

João Vítor Velame

Doutorando em Ciências Sociais, Universidade Estadual do Rio de Janeiro

E-mail: joaovictorvelame@gmail.com

Weverson Bezerra Silva

Doutorando em Antropologia, Universidade Federal da Paraíba

E-mail: weversonsilbez@gmail.com

Beatriz Soares Gonçalves

Doutoranda em Antropologia, Universidade Federal da Paraíba

E-mail: sg.beatriz25@gmail.com

Marina Prado Santiago

Mestra em Antropologia, Universidade Federal da Paraíba

E-mail: slowhostel18@gmail.com

Milene Moraes Ferreira

Doutoranda em Antropologia, Universidade Federal da Paraíba

E-mail: milenemorais2008@gmail.com

Uliana Gomes da Silva

Doutoranda em Antropologia, Universidade Federal da Paraíba

E-mail: uliana.gomes@hotmail.com

Marianne Muniz Atanzio

Mestra em Antropologia, Universidade Federal da Paraíba

E-mail: marianmunizat@gmail.com

Luís Felipe Cardoso Mont’mor

Doutorando em Antropologia, Universidade Federal da Paraíba

E-mail: montmorluis@gmail.com

Christina Gladys Nogueira

Doutoranda em Antropologia, Universidade Federal da Paraíba

E-mail: c.g.nogueira@gmail.com

Áltera, João Pessoa, Número 16, 2024, e01612, p. 1-27

ISSN 2447-9837



RESUMO:

Este artigo visa a discutir a construção do coletivo NEAN Oju Obá (Núcleo de Estudos e Pesquisas de Antropologia Negra), o qual vem se movimentando e lutando em defesa de uma pedagogia decolonial e antirracista no ensino superior, e em prol da igualdade de oportunidades para que pessoas negras acessem (e permaneçam) no Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal da Paraíba (PPGA/UFPB, *campi* I e IV). Utilizamos três relatos de alunas negras do coletivo para tecermos reflexões sobre a relação entre antropologia e educação, a partir da realização do Curso Preparatório Negritudes no PPGA/UFPB. Em seguida, refletimos sobre a Lei nº 12.711/2012, de 29 de agosto de 2012, conhecida como “Lei de Cotas”, e sobre a efetivação das políticas de cotas no país e na Universidade Federal da Paraíba. Na terceira parte, aprofundamos a proposta educacional que o NEAN Oju Obá busca construir nos processos de ensino e aprendizagem coletivos e na busca da efetivação dos direitos da população negra.

PALAVRAS-CHAVE: Antropologia Negra. Coletivo. Educação Antirracista. Pós-graduação. Paraíba.

ABSTRACT:

This article aims to discuss the construction of the NEAN Oju Obá Collective (Black Anthropology Studies and Research Center) which has been moving and fighting in defense of a decolonial and anti-racist educational pedagogy in higher education, and in favor of equal opportunities for black people access (and remain) in the Postgraduate Program in Anthropology at the Federal University of Paraíba (PPGA/UFPB, Campus I and IV). We used three reports from black students from the Collective to reflect on the relationship between Anthropology and Education, based on the Blackness Preparatory Course at PPGA/UFPB. Next, we reflect on Law No. 12,711/2012, of August 29, 2012, known as the “Quota Law”, and on the implementation of quota policies at national level and the implementation of affirmative actions at the Federal University of Paraíba. In the third part, we delve deeper into the educational proposal that NEAN Oju Obá seeks to build in collective teaching and learning processes and in the search for the realization of the rights of the black population.

KEYWORDS: Black Anthropology. Collective. Anti-racist Education. Postgraduate studies. Paraíba.

RESUMEN:

Este artículo tiene como objetivo discutir la construcción del Colectivo NEAN Oju Obá (Centro de Estudios e Investigaciones de Antropología Negra) que viene moviéndose y luchando en defensa de acciones de Antropología Negra) que viene moviéndose y luchando en defensa de una pedagogía educativa decolonial y antirracista en la educación superior, bien como a favor de la igualdad de oportunidades para que las personas negras accedan (y permanezcan) en el Programa de Postgrado en Antropología de la Universidad Federal de Paraíba (PPGA/UFPB, Campus I y IV). Utilizamos tres relatos de estudiantes negras del Colectivo para reflexionar sobre la relación entre Antropología y Educación, a partir del Curso Preparatorio de Negritudes del PPGA/UFPB. A continuación, reflexionamos sobre la Ley nº 12.711/2012, de 29 de agosto de 2012, conocida como “Ley de Cuotas”, y sobre la implementación de políticas de cuotas a nivel nacional y la implementación de acciones afirmativas en la Universidad Federal de Paraíba. En la tercera parte, profundizamos en la propuesta educativa que NEAN Oju Obá busca construir en los procesos de enseñanza y aprendizaje colectivos y en la búsqueda de la realización de los derechos de la población negra.

PALABRAS CLAVE: Antropología Negra. Colectivo. Educación Antirracista. Posgrado. Paraíba.



INTRODUÇÃO

*“Vou seguir sua luz
sua força conduz [...]
sua estrela vai brilhar
meu olhar resplandecer
reluzente oju obá'
ilumine meu viver”
(Gilberto Gil, 1968)*

*“Existe muita coisa que não te disseram na escola
Cota não é esmola...
Não deixem calar a nossa voz não!
Re-vo-lu-ção”
(Bia Ferreira, 2017)*

O presente artigo tem como objetivo compreender os impactos de uma política de educação antirracista – que utiliza ações afirmativas e se constrói a partir delas – e o papel do coletivo NEAN Oju Obá como porta de entrada para corpos negros dentro do espaço do Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal da Paraíba (PPGA/UFPB). Trata-se do Núcleo de Estudos e Pesquisas de Antropologia Negra (NEAN), composto por estudantes negras/os/es da graduação (dos cursos de Ciências Sociais/*Campus I* e do curso de Antropologia/*Campus IV*) e da Pós-Graduação em Antropologia da UFPB.

O coletivo nasceu em 2020, a partir dos anseios de fortalecimento das políticas de ações afirmativas e de uma universidade plural na composição de corpos e epistemes – reflexão que perpassará todo o desenvolvimento deste texto. De modo geral, o NEAN Oju Obá tem interesse em discutir: relações étnico-raciais em diáspora e em África; racismos, identidade; e os processos epistemológicos da antropologia, que, em seu percurso, produziram uma espécie de *apartheid* intelectual, deixando à margem antropólogas/os negras/os que muito contribuíram com a produção científica da nossa disciplina.

De acordo com Silvio de Almeida (2020), existem conflitos e antagonismos que afetam as instituições, fazendo provocações diretas para que haja mudanças nas regras, nos padrões e nas atuações institucionais. Esse é o contexto atual no qual nos inserimos enquanto coletivo. O autor coloca que “um exemplo dessa mudança insti-

1 Oju Obá significa “olhos do rei” ou “olhos de Xangô”.



tucional são as políticas de ação afirmativa, cujo objetivo é, grosso modo, aumentar a representatividade de minorias raciais e alterar a lógica discriminatória dos processos institucionais” (Almeida, 2020, p. 29). Nessa perspectiva atuamos. Uma das primeiras ações do NEAN Oju Obá foi a realização de um curso preparatório voltado para estudantes negras/os/es para a seleção de mestrado e doutorado.

Destacamos que o processo de aprendizagem e ensino no qual nos engajamos está ligado diretamente a uma educação como prática de liberdade (hooks, 2017), dentro da universidade e fora dos muros acadêmicos, buscando novos ventos e movimentos: “se o ar não se movimenta, não tem vento, se a gente não se movimenta, não tem vida” (Vieira Junior, 2019, p. 99). Assim, propomos com o nosso coletivo movimentar as estruturas construídas ao longo dos anos em que nos encontrávamos fora do universo acadêmico. Estar dentro possibilita romper barreiras, abrindo novos caminhos.

Neste artigo, iremos nos debruçar sobre a fala de três mulheres negras integrantes do coletivo. Suas falas e relatos são norteadores do presente trabalho e revelam a proposta educacional que o NEAN Oju Obá carrega e almeja construir cotidianamente, principalmente na antropologia, mas também além dela (ressaltamos que acreditamos na necessidade de construir diálogos interdisciplinares em um campo interdepartamental, a partir de outras áreas de conhecimento, dentro e fora da universidade). Assim sendo, nosso artigo se desenvolve a partir do primeiro discurso público do nosso coletivo e dos relatos de duas alunas do preparatório (atualmente cursando mestrado e doutorado) que compartilham suas experiências de vida tanto dentro como fora da universidade.

O texto está dividido em três seções. A primeira delas apresenta, como exposto no parágrafo acima, os relatos das integrantes. O relato de abertura trata-se da fala proferida durante a aula inaugural da primeira edição do Curso Preparatório e foi transcrito a partir da sua gravação; os relatos pessoais foram redigidos de forma livre pelas próprias participantes, buscando compartilhar o impacto dessa edição do curso nas suas trajetórias e os objetivos alcançados a partir de suas experiências nas aulas e oficinas. Apresentaremos também um breve levantamento das inscrições no período de 2020 a 2023.

Na segunda seção, conduziremos uma análise reflexiva das políticas de cotas raciais na educação. A política de ação afirmativa, estimada nas cotas, visa a atender a uma reparação, com base na superação de uma desigualdade – material, institucional, simbólica, afetiva, entre outras formas – entre pessoas que historicamente foram racializadas e submetidas ao regime da escravidão. Defendemos que, assim como uma melhoria na estrutura básica educacional é de importante intento para a população negra, as cotas (com destaque para sua implementação nas pós-graduações



brasileiras) se constituem como um meio igualmente importante para a formação de intelectuais que possam lutar para uma melhoria geral desse quadro.

Na terceira e última seção, discutimos a importância da união dos estudantes negros na construção coletiva de uma pedagogia negra dos saberes compartilhados, bem como na promoção de direitos. Por fim, concluiremos com algumas considerações finais.

1. UM SONHO COLETIVO: I EDIÇÃO DO CURSO PREPARATÓRIO NEGRITUDES NO PPGA/UFPA

No dia 8 de janeiro de 2021, foi realizado, de modo on-line, o primeiro encontro da I edição do Curso Preparatório Negritudes no PPGA/UFPA, durante uma tarde calorosa das “férias de janeiro”. Essa tarde concretizou um projeto imaginado coletivamente. Nosso primeiro encontro foi aberto com uma fala memorável de uma das nossas fundadoras, Uliana Gomes. Assim sendo, gostaríamos de iniciar este artigo a partir da recepção dada por ela para as/os primeiras/os/es participantes:

Nós partimos com esse objetivo, de que nós queremos trazer os nossos iguais para a gente, junto de nós dentro da academia, e eu costumo dizer sempre que de nada vale estar onde estou se eu não puder trazer outras pessoas comigo. Onde eu cheguei, só foi possível chegar porque muitas negras e negros lutaram para que eu chegasse até um doutorado e que eu pudesse adentrar dentro da política de cotas, para que eu tivesse uma bolsa e para que eu consiga cursar esse doutorado, que é a minha escolha né. Que a gente luta para poder escolher o que a gente quer. Aliás, a gente luta para poder escolher e realizar essa nossa escolha (Uliana Gomes, participante do comitê organizador do NEAN Oju Obá, 2021).

Essa fala representa ideais que nos movem; destacamos assim três pontos-chave das nossas reflexões e atuações enquanto coletivo: trazer os nossos iguais, reafirmar as políticas de cotas e poder escolher e realizar nossos sonhos. Não enxergar pessoas iguais a si no Programa de Pós-Graduação em Antropologia foi um dos incômodos iniciais que levaram estudantes do PPGA/UFPA a se juntarem para pensar estratégias para levar mais estudantes negras/os/es para esse espaço. Outras aflições compartilhadas pelas/os membras/os/es do coletivo foram colocadas:

[...] Vocês sabem que a universidade é pública, mas ela não é gratuita. Ela é muito cara, não muito cara só financeiramente, ela é cara psicologicamente e corporalmente. Então nossos corpos acabam sendo marcados e nossa mente também muitas das vezes é torturada pelas marcas do colonialismo, que tão fortemente se ergue dentro da universidade, e a gente sempre está quebrando portas para estar onde a gente está hoje, mas tem dia que a nossa perna não aguenta mais quebrar portas, e a gente precisa olhar para o lado e achar os nossos (Uliana Gomes, 2021).



O desejo de continuar foi, também, um dos motivadores da elaboração do curso. Muitas pessoas ficam pelo caminho no processo da pós-graduação, em meio ao ritmo de entregas de artigos, metas, prazos, publicações, etc. Diante disso, a fala de Uliana Gomes apontou o coletivo como a construção de um espaço de diálogo entre estudantes que falam “a mesma língua” e que sentem as mesmas dores, que nem sempre são compreendidas pela academia. Por isso, além de lutar pelo ingresso de mais pessoas negras no programa, desde o começo, o coletivo também se preocupa com a constante (re)construção da pós-graduação em Antropologia. Vejamos:

Que esse nosso diálogo vá para além desse processo do cursinho e vocês adentrando, que a gente possa continuar dialogando e que nas próximas edições sejam vocês oportunizando para outras pessoas, e que esse diálogo se fortaleça lá dentro também. É um processo de disputas e metas o tempo inteiro, e é uma disputa desigual, pois nós não temos as mesmas ferramentas que boa parte que está lá tem, e o tempo todo nós precisamos ficar provando que a gente merece estar ali, e esse é um processo muito cansativo. [...] Esse momento me fortalece para continuar lutando, pois eu não vejo sentido numa antropologia pautada apenas na teoria. Uma teoria que muitas das vezes não dialoga com a minha realidade e nem com o meu povo. Então, se eu não puder estar construindo uma antropologia na prática e dialogando com o meu povo, com os meus, ela não faz sentido pra mim. Então, esse momento é o momento que dá sentido às minhas escolhas, assim como dos meus amigos e colegas nesse processo de construção (Uliana Gomes, 2021).

Dessa forma, iniciamos o nosso primeiro contato com as/os alunas/os/es inscritas/os/es nas oficinas que promovemos naquele ano: trazendo um pouco da nossa luta por direito e permanência, além de reivindicações para que possamos ter uma universidade menos desigual, mais humana e empreecida. O curso preparatório realizou três edições até o momento. A seguir, apresentamos um panorama de cada uma delas, elaborado a partir dos formulários de inscrições².

Tabela 1 - Levantamento e mapeamento das inscrições entre 2020 e 2023 no Cursinho Preparatório Negritudes no PPGA/UFPB

2021 – 35 inscritos					
Pretos	28,6% (10)	Mestrado	51,43% (18)	I.**	28,6% (10)
Pardos	71,4% (25)	Doutorado	20,00% (07)	II.	31,4% (11)
Indígenas	0	Em branco	28,57% (10)	III.	05,7% (02)
Quilombolas	0		-	IV.	25,7% (09)
	-		-	V.	08,6% (03)

2 É válido salientar que esse formulário apresenta limitações; entre elas, destacamos que nele não foram perguntadas questões atreladas ao gênero da/o/e inscrita/o/e. Desse modo, não temos como afirmar o número de inscrições dentro do recorte desse marcador, limitando a análise por esse viés.



2022 – 45 inscritos					
Pretos	62,2% (28)	Mestrado	57,8% (26)	I.	14,3% (06)
Pardos	33,3% (15)	Doutorado	42,2% (19)	II.	35,7% (15)
Indígenas	04,4% (02)		-	III.	16,7% (07)
Quilombolas	0		-	IV.	16,7% (07)
	-		-	V.	16,7% (07)
2023 – 24 inscritos ³					
Pretos	62,5% (15)	Mestrado	83,3% (20)	I.	29,2% (07)
Pardos	25,0% (06)	Doutorado	16,7% (04)	II.	25,0% (06)
Indígenas	12,5% (03)		-	III.	25,0% (06)
Quilombolas	0		-	IV.	08,3% (02)
	-		-	V.	12,5% (03)

**Linhas de Pesquisa do PPGA/UFPB: I. Imagens, Patrimônios, Artes e Performances; II. Corpo, Saúde, Gênero e Geração; III. Território, Identidade e Meio Ambiente; IV. Etnografias e Sociabilidades Urbanas; V. Políticas Sociais e Desenvolvimento.

Fonte: Elaboração própria.

Nesse contexto, os números não apenas refletem uma distribuição quantitativa, mas também indicam um movimento qualitativo em direção à diversidade e representatividade. Na procura pelo cursinho, observa-se que, em sua grande maioria, os/as/es estudantes pretos na modalidade do mestrado estão buscando essa oportunidade. É crucial salientar que o quantitativo do mestrado sempre preenchia as vagas, sendo somente no segundo ano do cursinho que conseguimos preencher as vagas tanto do mestrado quanto do doutorado. Dessa forma, é importante destacar que, apesar desse avanço, os/as/es estudantes negros ainda apresentavam um número baixo na procura na modalidade doutorado.

Além disso, ao olharmos para a tabela acima, é possível perceber que as inscrições se diluíram em todas as linhas de pesquisa do PPGA/UFPB. Destacamos que há aí uma potencialidade oriunda da inserção dos corpos negros nos mais diversos espaços e nas áreas temáticas dentro da antropologia, haja vista que, além de empretecer os espaços fisicamente, nosso coletivo busca a socialização de referenciais teóricos negros.

Posto isto, apresentamos, a seguir, os relatos das participantes. As propostas de as participantes do Curso Preparatório (atuais integrantes do Coletivo) escrevem suas próprias histórias e de as incluímos no presente texto de forma integral

3 No ano de 2023, o cursinho teve uma inscrição que respondeu ter algum tipo de deficiência; 95,8% (23 pessoas) responderam não possuir, enquanto 4,2% (1 pessoa) responderam se enquadrar como PCD (cf. Lei 8.213/1991, complementada pelas leis 13.146/2015 e 10.098/2000, que estabelece regras sobre a isonomia e adaptação dos espaços físicos para a integração dessas pessoas). Outro aspecto o qual observamos trata-se do decréscimo de inscrições para a turma de 2023, diretamente relacionado a uma sensível diminuição do número de candidatos do processo seletivo como um todo.



alinham-se à perspectiva da “escrita como ato político”, da qual fala Kilomba (2019, p. 28). Nesse sentido, as autoras das narrativas que se seguem tornam-se sujeitos dos processos – expostos e analisados ao longo do artigo – de construção do NEAN Oju Obá. A escrita aqui apresentada reivindica politicamente esse lugar de sujeito para a população negra, que, mesmo sendo usuária das políticas públicas, não pode ser reduzida a objeto – sobretudo nos espaços de produção científica.

‘Ninguém questionou se a minha proposta de pesquisa era brilhante’: relato de uma mestranda participante do coletivo NEAN Oju Obá

Ao rememorar os caminhos que percorri, contemplo a mim mesma, alguns dos meus medos, as redes de apoio que me sustentam, mas sobretudo a nossa ousadia, e digo no plural porque ela não é só minha, ela é nossa. Sinto orgulho da Marina que me trouxe da seleção até aqui (após-qualificação da dissertação⁴), mas confesso não ser tarefa fácil essa que ela me entregou; reúno os pedaços de mim cansados no final do dia, por muitas vezes frustrada de não ter dado conta de todas as demandas que sobrecarregam muitas das mulheres que como eu estudam, trabalham em seu negócio próprio (para superar as desigualdades e a desvalorização da mão de obra qualificada pelo mercado de trabalho), cuidam da família (o que inclui toda uma ampla comunidade) e tentam ter uma vida social⁵.

É como disse Lélia Gonzalez (2020): a negrada é ousada, audaciosa, cheia de querer ser, atrevida e afrontosa; aprendi foi desde cedo, ainda menina, a ser, sendo. Em casa, D. Maria, minha mãe, sempre disse: “a gente descansa de uma coisa, fazendo outra” – talvez foi isso que me fez acreditar que eu daria/darei conta de tantas coisas, incluindo agora um mestrado. Foi também minha mãe que me ensinou que “quem tem a corzinha (apontando para o seu próprio braço e como quem, com o dedo, lustra a sua pele, concluída) tem que estudar duas vezes mais (mostrando com os dois dedos: indicador e médio, enfatizando que são duas, duas vezes mais)”. Era assim que ela repetia algumas vezes para mim e para minha irmã (gostaria de saber: quando é que para?).

Eu tenho certeza que minha mãe nunca duvidou da minha capacidade e nem da capacidade dos/as nossos/as, sempre foi uma mulher muito lúcida e inteligente. O que ela quis dizer, o mundo fez questão de (me/ nos) cobrar (e caro), cada vez que quis (e por vezes conseguiu) fazer eu/nós acreditar que não sabia, que nossos/meus “Outro-saberes” não eram tão relevantes, que ali/aqui não era lugar pra mim/nós, que tem gente que é boa para trabalhar e vamos deixar para quem sabe as outras coisas - são só algumas das tantas coisas que já escutei, as mais gentis de fato.

É assim que o espelho nem sempre refletiu uma imagem (de mim mesma) que eu pudesse amar, mas toda vez que ele me permitiu contemplar as minhas ancestrais ali refletidas, as nossas lutas e vitórias, tive força e coragem para seguir em pé, caminhando. Foi também batendo a cabeça no chão,

4 Em dezembro de 2022.

5 Marina Prado dança no maracatu e toca percussão em um grupo de mulheres que saem pelas ruas de João Pessoa durante o carnaval, participa ativamente das atividades do terreiro onde é filha de Orixá, adora viajar, comer e estar com a família e amigos.



em reverência aos que vieram antes e aos meus Orixás, que me dei conta das redes de afetividades que me sustentam e fortalecem (nem sempre visíveis a olho nu). Elas são ao mesmo tempo motor e combustível para ir cada vez mais longe. É no movimento dessas redes que o coletivo NEAN Oju Obá chegou até mim e vice-versa.

Antes disso, lembro de ter feito minha inscrição no cursinho preparatório para a seleção de mestrado, que minha amiga compartilhou comigo via rede social (melhor amiga, Jaqueline Araújo. Importante ressaltar que ela, até então, era a única mulher negra com mestrado, e que inclusive já tinha dado aula na universidade, que eu conhecia; e tem uma vida bem atarefada também: negócio, casa, família, namoro...).

No total foram no máximo três semanas, entre a minha inscrição e o prazo limite para envio da documentação, projeto de pesquisa e ensaio teórico. Não tinha, naquele momento, ninguém que pudesse efetivamente me orientar na elaboração desses trabalhos (perdida, eu não tinha e nem sabia onde fazia um currículo Lattes), os quais eu não estava em nada familiarizada com a estrutura, linguagem e conteúdo (o programa disponibilizava o modelo do projeto no edital; fiquei depois sabendo que nem todo programa disponibiliza; me pergunto: por que não?).

Contudo, todas as mulheres que me rodeavam estavam tão envolvidas, fazendo o possível para dar certo: minha assumiu minhas funções em empresa, minhas amigas, que estavam abrigadas em nossa casa, amparavam os cuidados com a minha família e até preparavam minhas refeições, para otimizar o tempo e para evitar que eu descuidasse de mim mesma – foi um mergulho, (sou infinitamente grata), um sonho gestado no coletivo do nós feminino (de tempos em tempos gestamos uma o sonho da outra, em comunhão/ cumplicidade).

Entrei na primeira aula do cursinho do Negritudes no PPGA/UFPB, vi pessoas que diziam estar na universidade cursando mestrado ou doutorado, parecidas comigo, parecidas do nível que podíamos ser parentes. Muitas delas eram também responsáveis pela organização do curso e facilitadoras dos textos/oficinas; fiquei impressionada e ao mesmo tempo reconfortada (a distância entre a pós e eu começava a parecer menor quando eu olhava e escutava aquelas pessoas). Ninguém ali me conhecia, ninguém questionou se a minha proposta de pesquisa era brilhante, nem me pressionou dizendo tudo que eu deveria saber (e não sabia), como regras da ABNT, escrita científica, referencial teórico, divisões das escolas antropológicas e afins.

De prontidão e generosamente, ofereceram e-mails, contatos de telefone, rede social, para que eu e quem mais quisesse/precisasse de uma avaliação crítica e comentada do projeto, de alguma ajuda com o ensaio, ou até mesmo aliviar a angústia, tirar dúvidas... enfim, uma grande força tarefa à disposição, que permitiu eu me embalar e ir. Eles/as não tinham motivos de estarem ali fazendo, dizendo e demonstrando que torciam por mim (eu pensava: oxí, esse povo nem me conhece... se soubessem... devem tá achando que eu sou alguma coisa), mas por alguma razão muito maior e a qual hoje eu entendo, eles/as estavam ali por mim e por cada um/a dos/as inscritos/as. Essa mesma razão, que eu não sei traduzir em palavras, mas embarga-me a voz e mareja as vistas, é também pela qual eu não vou abrir mão de ir até o fim e me levantar por quem chegar (eu vou buscar pelo braço, pode crer, sou desse tipo). Hoje somos mais numerosos/as e diversos/as no NEAN Oju Obá do que quando eu entrei, contamos com a experiência daqueles/as que estão há mais tempo nessa caminhada para não tropeçar ou deixar passar as oportunidades, e é incrível quanta coisa



descobrimos, construímos juntos/as – já consegui colaborar nas edições seguintes do cursinho, e foi uma grande honra.

São muitas as questões que a coordenação de uma pós-graduação e os/as orientadores/as não estão atentas/os e talvez nem preocupadas/os, mas coletivos como o de estudantes negres da Antropologia da Universidade Federal da Paraíba não perdem de vista, tal como: não deixar ninguém para trás. Inclui também, nessa condição, lutar/buscar/oferecer condições para continuarmos. Para isso acontecer, é necessário apoio, acolhimento, trocas e parcerias que preencham os requisitos da lógica de produção acadêmica, mas também a constante vigilância de termos nossos direitos assegurados e cumpridos, como as cotas de ingresso e de distribuição de bolsas, por exemplo.

Esse processo inicial foi potencializador para fazer eu acreditar que eu posso e pertencço também àquele lugar, como qualquer outro que eu quiser. Guardo também a lembrança do ensaio teórico que apresentei para a banca da seleção do mestrado (o primeiro ensaio que escrevi na vida), um dos ensaios mais bonitos que eu me orgulho de ter escrito.

Foi o que abriu as portas para essa jornada acadêmica, escrito sob a magia da ataré mastigada na boca (pimenta sagrada) e do paó batido diariamente para Exu, antes de sentar-me na frente do computador, com o caderno de anotações das aulas do cursinho, e tentar escrever.

O ensaio tinha como tema “a ética do fazer etnográfico”. Eu, que da Antropologia trazia pouca bagagem, tive que me garantir nos saberes que me constituem (que hoje já aprendi referenciá-los cientificamente como saberes afro-pindorâmicos e epistemologia de terreiro), somados com o que assimilava da atenção plena dedicada às discussões das aulas-textos do cursinho – que, graças à minha rede feminina de apoio, não precisei perder nenhuma aula.

Foi ali na sala virtual que os mundos foram se abrindo, e, para além do conteúdo, cada pessoa que passava dizia mais que incentivos: proferiam verdadeiras palavras de ordem que me conduziram até o fim do processo. Ao enviar o rascunho do meu ensaio teórico (nesse momento final, certo desespero já tomava conta de mim, pois não havia tempo hábil para grandes alterações, e se o ensaio não estivesse adequado, eu não tinha mais ideia de como fazer diferente) para a avaliação comentada de uma das aliadas do cursinho, Camilla Lumati (lembro dela ser tão generosa e atenciosa; guardei verdadeira empatia e afeto por ela, até o dia que tive a oportunidade de encontrá-la e abraçar em forma de agradecimento). Ela foi tão espontânea e sincera, dizendo que tinha amado, mas que sabia que era um risco; que eu tinha que avaliar se queria assumir, pois como eu estava propondo algo diferente do padrão dessas seleções, tinha chances da banca não apreciar.

Para mim, era uma prova de fogo, se eu devia estar ali ou não, pois, para continuar no mestrado, eu não teria como escapar de quem eu sou e da bagagem que eu levo comigo para além dos estudos. Logo, se fosse bem recebido o ensaio, significava que minha escrita e meus saberes podiam/podem ter legitimidade na ciência que eu me proponho a fazer.

Sabia da minha ousadia; até ali, nada de novo, já tinha superado isso algumas vezes. Decidi, após seguir as sugestões apontadas por Camilla, enviar meus escritos: “A ética de Èșù no fazer etnográfico”. No ensaio eu relacionava a etnografia com Èșù Oritá Métà, Èșù Òkòtó e Èșù Oloja (esse ensaio ainda irei publicar), uma associação que, ao longo do processo, aconteceu para mim, quando eu buscava assimilar todo aquele novo conhecimento.



As etapas da seleção vão acontecendo, e os resultados vão sendo publicados no site oficial do programa. No início do processo, cada um/a recebe uma identificação; a minha era N10. Descobri já no dia da entrevista que a N10 tinha sido a nota mais alta do ensaio teórico entre os/as inscritos/as (9,5) e, após o processo de entrevista, (que eu fiz agarrada à tela do computador – imagino que as professoras da banca devem ter pensado que eu era só dente ou só olho, porque fiquei sem noção do foco da câmera, além do meu fone de ouvido não funcionar, e o som do computador, emprestado até hoje da minha irmã, ser muito baixo, exigindo eu ficar grudada na saída do som), fiquei entre os cinco primeiros lugares (isso porque eu esqueci de anexar, na avaliação dos currículos, dois diplomas das inúmeras portas dos fundos que eu passei, na tentativa de me reconhecer como capaz de arriscar uma pós-graduação *stricto sensu*).

Foi emocionante poder celebrar junto com minha família, amigos/as, toda a comunidade – que passou a incluir o NEAN Oju Obá também. Confesso que, no meu caso, o fato de poder fazer todo esse processo de seleção (incluindo depois os seminários – como pós-graduação tem seminário! Eu não sabia como era uma aula de mestrado: muitas, mas não todas, são seminário), (aliás, agora, mais por dentro do esquema, recomendo que se matriculem como aluno/a especial antes – a pessoa tem a chance de se ambientar e depois pode aproveitar o crédito, que é a nota, da cadeira, que são as disciplinas, que cursou como aluno/a especial) virtualmente me trouxe muito mais confiança, pois não foi necessário sair da zona segura do meu quarto, rodeada das simbologias que me dão bastante apoio, podendo inclusive fechar algumas vezes a câmera quando me desesperava em tentar anotar, entender ou até mesmo chorava (como o mestrado me faz chorar: de alegria, desespero, emoção, ansiedade...).

Findado o processo seletivo, o primeiro ano de mestrado e a pandemia sanitária, fui encontrando os/as companheiros/as do NEAN Oju Obá, aos poucos, pela universidade e fiquei ainda mais impressionada: eles e elas são tudo aquilo que eu imaginei e muito mais, têm pesquisas brilhantes, escritas inspiradoras, a firmeza de quem assume as bandeiras de suas lutas e já sabem há algum tempo sustentar o baque na academia. E o mais extraordinário de tudo isso é que, agora, eu ando com eles/as. Obrigada, NEAN Oju Obá, por não permitir que eu me ofusque e [por] seguir amparando, sob os olhos do grande Rei, Oju Obá, os caminhos das vitórias que são de todos/as/es nós, são coletivas (Marina Prado, 2023).

'Reflexões raciais que foram proporcionadas pelo curso Negritudes no PPGA/UEPB': relato de uma doutoranda participante do coletivo NEAN Oju Obá

O processo de tomar (cons)ciência de sua negritude nem sempre ocorre de forma cordial. Em sua grande maioria, a sociedade mostra que a cor de sua pele possui alguns efeitos indesejados. Em uma das mais diversas leituras que nos atravessam ao longo da vida, alguém escreveu que “sei quem sou a partir do outro que não posso ser”. Em uma sociedade como a nossa, em que muitos direitos básicos são suprimidos de uma parcela significativa da população, “não poder ser” tem um peso que, ao mesmo tempo em que é limitante, é, com a mesma intensidade, sufocante. Assim eram meus passos antes de conhecer e integrar o Coletivo NEAN Oju Obá.

Christina Gladys, uma das mulheres maravilhosas que integra o coletivo e



que havia sido minha professora um ano atrás, na Universidade Federal de Pernambuco, me contou sobre o Curso Preparatório Negritudes na Pós, que, depois, veio a se consolidar enquanto uma ação do coletivo de estudantes negras/os, da Pós-Graduação, graduação e ingressos em Antropologia. Tratava-se de um curso online (pois vivenciávamos o contexto da pandemia de Covid-19), desenvolvido de forma totalmente gratuita e voluntária, por meio da articulação e parceria das/os estudantes negras/os do Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal da Paraíba, cujo objetivo principal era possibilitar o ingresso de seus pares no ambiente o qual já estavam vinculadas/os.

No primeiro momento em que soube do curso, eis que aparece a minha pergunta: “mas será que posso entrar? Minha pele é meio amarelada, acho que me enquadro como parda”. Prontamente, a Christina Gladys falou que iria conversar com o grupo e depois me daria uma resposta. Iniciando a resposta, ela escrevia que “já haviam encerrado as inscrições”. Enquanto aparecia novamente a informação de que estava “digitando...” abaixo de seu nome no WhatsApp, vários pensamentos tentavam direcionar uma justificativa sobre o fato de [eu] não poder estar lá, e pouco tinha relação com o cronograma pré-estabelecido pela organização. Talvez porque o “não” já fizesse parte da minha realidade. Até que ela respondeu: “mas eles falaram que você poderia participar! Depois te encaminho o e-mail com as informações”. Consegui!

No primeiro encontro, estava super animada e havia criado algumas expectativas que foram sendo superadas. Fomos recepcionadas/os da forma mais afetuosa e acolhedora que vocês possam imaginar. Falou-se sobre a importância daquele espaço de atuação para que houvesse um impacto real na instituição. Todos os dias que se seguiram, fomos sendo ensinados sobre todas as etapas eliminatórias e classificatórias da seleção, aprendemos como elaborar um bom projeto de pesquisa; quais seriam os elementos necessários para se construir um bom ensaio teórico; como atualizar corretamente o currículo lattes; e algumas orientações sobre a forma como deveríamos nos portar durante a entrevista.

Eis que chega a data final do período de inscrição. Das dezesseis vagas ofertadas para a turma 2021 de doutorado, apenas quatro eram “reservadas preferencialmente para as ações afirmativas” (vide edital de seleção 2020). Apesar de sentir que estava preparada, em meio ao que havia aprendido durante o curso preparatório, a chance de entrar na ampla concorrência parecia mais certa do que pelas [vagas] destinadas às ações afirmativas.

Para além dessa certeza numérica, ressoava a incerteza quanto ao procedimento de identificação racial pela banca examinadora. Por certo, há duas grandes questões identitárias implícitas neste receio de passar por uma avaliação, e estas dizem respeito ao modo como você se percebe e como a sociedade te reconhece. Pois, como você irá defender sua negritude se a sociedade não identifica em seu fenótipo algumas das características que lhe estão associadas?

Eu era parda. Foi assim que fui rotulada. Até então, as pessoas associavam algumas características fenotípicas ao bairro em que eu morava: “você tem um nariz tão afilado, nem parece que mora ali” e/ou “você tem uma tonalidade de voz tão zen que ninguém diz de onde vem”. Era a classe social que me marcava. Até então, eu era parda.

Optei pela ampla concorrência. Apesar de ter participado de algumas reflexões raciais, que foram proporcionadas pelo curso Negritudes na pós, e de conseguir associar alguns episódios negativos relatados por colegas,



sejam palestrantes e/ou cursistas, às minhas próprias experiências, não conseguia desvincular (inconscientemente) o fato de que eu era parda.

Posteriormente, com a divulgação do resultado final, soube que em minha turma só houveram três candidaturas para as vagas que estavam destinadas às ações afirmativas, o que significa que eu poderia facilmente estar ocupando aquela vaga remanescente. Durante muito tempo, essa culpa me acompanhou. Era um peso muito grande. Sentia que havia falhado com aqueles que me apoiaram e torceram para que eu conseguisse estar ali. Da mesma forma, sentia que havia dissolvido toda a contribuição do NEAN Oju Obá para o fortalecimento de uma das mais importantes políticas públicas de educação no Brasil.

Contudo, apesar de estarem tristes com a falta de compromisso ético dos participantes do cursinho, o coletivo tentou fazer um movimento de fortalecimento interno para refletir naqueles que são externos, trazendo ao centro do debate a discussão sobre o colorismo no Brasil. Foi a primeira vez que ouvi falar no termo, apesar de ter cursado graduação e mestrado.

Desse modo, o curso preparatório Negritudes na pós, oferecido pelo coletivo de estudantes NEAN Oju Obá, tem influenciado positivamente em minha formação pessoal e profissional. Trata-se de respeitar o processo e problematizar o que, geralmente, não está tendo repercussão. Possibilitando uma compreensão identitária que produz fortalecimento e atuação política descentralizada, que parte do reconhecimento individual para aquele que é social. Posto que, segundo Weverson Bezerra, um amigo querido que também integra o coletivo, não se trata só de mim, mas de todas/os as/os pessoas que lutaram para que esse tipo de política de cotas ou ação afirmativa pudesse existir (Milene Ferreira, 2023).

É perceptível que relações de poder e de privilégios, mantidas na sociedade brasileira, atravessam a vida das pessoas e se expressam em racismos cotidianos, enfrentados pela população negra. Nosso desafio é alterar o estado das coisas de modo estrutural, institucional e individual. E, para isso, precisamos descansar de uma coisa, fazendo outras.

No lugar de sujeitos, não de objetos, as autoras acima demonstraram o impacto que o Curso Preparatório teve em suas vidas, para além da inserção na Pós-Graduação; o cuidado e o apoio mútuos foram marcas deixadas nas suas trajetórias. O Coletivo configura uma rede que luta em prol dos direitos das/os estudantes negras/os/es, ao mesmo tempo que abraça e acolhe as aflições que acompanham a vida da/o/e pós-graduanda/o/e.

Além disso, o NEAN Oju Obá, respeitando e auxiliando os processos e as caminhadas de cada um/a buscar ajudar as/os estudantes negras/os/es a se (re)conhecerem no mundo, compreendendo seus direitos e fortalecendo-as/os através da coletividade, juntas/os/es.

Chama atenção que o curso e o coletivo, de maneira geral, configuram-se como um caminho de esperança para que as pessoas negras possam sonhar e ser aquilo que elas desejarem, como um “sim” aguardado há tempos. Isso pode parecer



supérfluo para uma camada da sociedade, mas, para as pessoas racializadas – que enfrentam o racismo cotidianamente –, ser o que se quer nem sempre é uma possibilidade (sobretudo para aquelas mais empobrecidas).

Acreditamos que mudanças significativas na vida da população negra podem ser construídas a partir da inserção de indivíduos e corpos negros nas instituições, sobretudo educacionais. Através das experiências de vida das autoras, expostas pelos relatos, percebemos a necessidade do emporecimento e da decolonização da universidade, o que permite que a academia dialogue com novas epistemologias. Ao ocuparem esses espaços e produzirem ciência, intelectuais negras/os/es permitem uma compreensão necessária do mundo a partir de diferentes lugares sociais das/os intelectuais brancas/os. Tendo isso em mente, a seguir iremos debater sobre a política pública de reserva de vagas nas instituições federais, notadamente a Lei de Cotas.

2. SOBRE POLÍTICAS DE COTAS NA EDUCAÇÃO

De modo geral, observamos, durante os últimos anos, a necessidade de grandes mudanças dentro do nosso programa de pós-graduação, e a urgência de abrir portas para os nossos (o que fica latente nos relatos expostos). Como mencionado anteriormente, ao defendermos uma educação antirracista que se pauta na liberdade, não renunciamos aos nossos direitos e nem às ações afirmativas, que desempenham um papel crucial em nossa luta.

As palavras proferidas no primeiro dia do Curso Preparatório carregam consigo o eco de várias vozes que têm trabalhado em conjunto, ao longo de anos, para debater e apoiar as ações afirmativas, nas universidades públicas e fora delas. A falta de valorização e de reconhecimento da importância social das ações afirmativas e até mesmo a negligência com elas comprovam e perpetuam as três concepções de racismo apresentadas por Almeida (2020): individualista, institucional e estrutural.

O autor afirma que “as políticas de ação afirmativa, apesar de seu longo histórico de implantação e de seu reconhecimento jurídico e político, ainda motivam grandes controvérsias dentro e fora das instituições em que são implementadas” (Almeida, 2020 p. 29). Desse modo, reconhecemos que a Lei nº 12.711 de agosto de 2012, conhecida popularmente como “Lei de Cotas”, tem sido objeto de diversos usos e discursos sociais e políticos na sociedade brasileira. Trata-se de um tema que não pode ser debatido de forma simplista, dadas a sua complexidade e suas múltiplas facetas. Diante disso, apresentaremos um pouco do contexto e das mudanças que essa legislação tem enfrentado no país.

Em 1997, o então deputado federal Abdias do Nascimento (militante, ativista,



artista plástico e intelectual negro) realizou um pronunciamento, intitulado “Comemoração do dia Internacional pela Eliminação de todas as formas de discriminação Racial”, no Senado Federal. Segue-se um trecho da sua fala:

Sras. Senadoras e Srs. Senadores, vem ganhando força, nos últimos anos, a reivindicação de medidas destinadas a reduzir a enorme distância que separa negros e brancos nesta sociedade [...] Tais medidas têm sido adotadas em países tão diversos como Índia, China, Canadá, Nigéria, Indonésia, Israel e as antigas Iugoslávia e União Soviética. No caso norte-americano, vêm sendo consideradas um dos fatores que mais contribuíram para a sensível melhoria das condições de vida da população afro-americana, observada nas três últimas décadas, sem falar nos benefícios proporcionados às mulheres de maneira geral. As medidas adotadas não se restringem a cotas, embora, em alguns casos, essas sejam necessárias. Abrangem desde ações legislativas em âmbito federal, estadual e municipal até a política de pessoal das empresas privadas, que as vêm adotando por terem descoberto que fazê-lo é lucrativo, pois aumenta a sua flexibilidade diante de um mercado globalizado. [...] No Brasil, algumas organizações do Movimento Negro já vêm implementando ações dessa natureza na área da educação, com a criação de cursos pré-vestibulares para alunos negros e carentes, como tem acontecido na Baixada Fluminense, em São Paulo e na Bahia. Ao mesmo tempo, alguns setores do aparelho de Estado e do mundo empresarial têm-se mostrado mais abertos a uma discussão séria a respeito desse tema, o que nos leva a crer que novos projetos a esse respeito venham a ter melhor destino do que aquele que apresentei à Câmara Federal em 1983, e que jamais chegou a ser apreciado pelo Plenário (Nascimento, 1997)⁶.

O discurso acima é representativo da trajetória da luta política envolvendo os direitos fundamentais da população negra, nacional e internacionalmente. A fala nos aponta para o combate às disparidades sociais historicamente estruturadas, destacando os processos de integração de cotas em outros países e a importância da organização de movimentos negros nas lutas cotidianas. Esse trecho demonstra que as mudanças que buscamos não são alcançadas de forma rápida; os processos históricos são lentos e exigem enfrentamentos nos diversos setores da sociedade, haja vista que esse debate percorreu longos caminhos no Brasil para chegar à “Lei de Cotas”, sancionada em 2012.

No texto original da lei, estabelece-se a reserva de vagas nas instituições federais de educação superior e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio para estudantes que tenham cursado integralmente os ensinos médio e fundamen-

6 O Deputado Federal Abdias do Nascimento, em 1983, havia apresentado a proposta do Projeto de Lei nº 1332/1983, de políticas de ações afirmativas educacionais, que tomava “medidas concretas, de significação compensatória, para implementar, para os *brasileiros negros (de origem africana)*, o direito que lhes é assegurado pelo art. 153, § 19, da Constituição da República, à isonomia concedida a todos os brasileiros, nos setores de oportunidade de trabalho, remuneração, educação e tratamento policial, entre outros” (Nascimento, 1983, p. 37, grifo nosso). Entre as medidas do projeto, propunha-se que “serão destinadas a *estudantes negros* 40 % das bolsas de estudo concedidas pelo Ministério da Educação e Cultura e pelas Secretarias de Educação Estaduais e Municipais, em todos os níveis de ensino” (Nascimento, 1983, p. 38, grifo nosso). Sua proposta, porém, foi arquivada.

tal, respectivamente, em escolas públicas, reservando também uma quantidade de vagas para estudantes oriundos de famílias com renda igual ou inferior a um salário-mínimo e meio *per capita* – o que ficou conhecido como cotas sociais. Em 2012, a Lei também estipulou certa parcela das vagas para autodeclarados pretos, pardos e indígenas – o que ficou conhecido como cotas raciais (Brasil, 2012).

Frisa-se que, naquela época, havia vários intelectuais e argumentos contra o sistema de cotas para que negros ingressassem coletivamente nas universidades públicas brasileiras. Destacamos que muitos intelectuais brancos⁷ tiveram em vista um debate sobre mestiçagem que colocaria uma “bipolaridade” racial no país, eliminando seus contrastes; com isso, propunham um entendimento que não era pautado pela raça, como no exemplo de Fry e Maggie (2004).

Inegavelmente, é primordial reconhecer que, historicamente, as políticas de cotas na educação vêm de reivindicações de movimentos e instituições negras (e indígenas) que lutaram (e ainda lutam) – por meio de protestos/denúncias contra o racismo, a discriminação, o preconceito e estigmas – pelas demandas de igualdade racial no Brasil; sobretudo através da proposição de políticas públicas legítimas e legais, como as “políticas de ação afirmativa para estudantes negros/as ingressarem coletivamente nas universidades públicas” (Santos; Freitas, 2021, p. 26).

Gostaríamos de destacar que, mesmo antes da institucionalização nacional das políticas de cotas sociais e raciais, algumas universidades adotaram, por iniciativas estaduais, a reserva de uma quantidade de vagas no ingresso no ensino superior. Destacamos aqui a Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), conhecida como a universidade pioneira em adotar as cotas raciais, em 2001, tendo adotado as cotas sociais no ano anterior⁸. Outras universidades que fizeram parte da primeira implementação das cotas raciais foram a Universidade do Estado da Bahia (UNEB) e a Universidade de Brasília (UnB).

Também gostaríamos de relatar o caso da Universidade Federal da Paraíba. A pesquisadora Laila Cristina Domingos Ferreira⁹ (2022) apresenta, em sua dissertação, que as discussões acerca das cotas raciais na UFPB se iniciaram em 1999, como

7 Aqui, estamos nos pautando pela racialização das/os intelectuais que escreveram sobre o assunto e se posicionaram sobre esse instrumento das ações afirmativas; cf. Pereira; Rodrigues; Guilherme, 2010.

8 “A UERJ foi pioneira na implantação da política de cotas. No ano 2000, a Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj) aprovou a Lei 3.524, que passou a reservar 50% das vagas para estudantes egressos de escolas públicas. Já em 2001, a Lei 3.708 destinou 40% das vagas para candidatos autodeclarados negros. A Lei 8.121/2018, em vigor atualmente, estabelece a cota mínima de 20% para negros, indígenas e quilombolas” (UERJ, 2021).

9 Três membros do nosso coletivo fizeram parte das entrevistas para a pesquisa da dissertação de Laila Cristina Domingos Ferreira, defendida em 2022 na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Recomendamos ler o capítulo final dos resultados e discussões, item 4.1, “Narrativas de alunos que ingressaram na pós-graduação pelas cotas raciais” (Ferreira, 2022).

é descrito pelo dossiê do Núcleo de Estudos e Pesquisas Afro-Brasileiros e Indígenas (NEABI)¹⁰. Contudo, a autora revela que foi apenas em 2010 que as vagas para as cotas sociais e raciais foram instituídas na graduação, entrando em vigor em 2011, tendo 1.447 alunos ingressantes através do Processo Seletivo Seriado (PSS) da UFPB. Na pós-graduação, a autora informa que foi em 2016 que a UFPB passou a contar com a reserva de vagas para cotas, podendo esta variar entre 20% e 50%, a depender do programa¹¹ (Ferreira, 2022, p. 35). Ainda, de acordo com Ferreira,

Em 2009 houve uma recomendação do Ministério Público Federal para que a Universidade Federal da Paraíba apresentasse resultados referentes à implementação do sistema de cotas nos cursos de graduação, pois a UFPB era uma das poucas universidades que ainda não possuía nenhuma espécie de ação afirmativa para o ingresso de novos alunos. Então a UFPB apresenta uma proposta de reserva de vagas em duas modalidades: 'cotas sociais' e 'cotas raciais'. As cotas sociais eram destinadas a pessoas de baixa renda, alunos de escola pública e portadores de deficiência, e as cotas raciais eram destinadas aos autodeclarados pretos, pardos e indígenas (Ferreira, 2022, p. 35).

Entre os marcos temporais que se destacaram ao longo da implementação das políticas de cotas na UFPB, informamos que, em 2020, a universidade precisou criar um comitê para identificar as denúncias em relação às fraudes em torno das cotas raciais, criando-se assim uma comissão para verificar as irregularidades envolvendo a autodeclaração étnico-racial. Esse caso nos remete às proposições de Munanga (2010), autor que destaca a importância das leis, porém adverte que os processos (coloniais, históricos, etc.) que sustentam racismos estão também introjetados na educação, sobretudo de modo institucional. Diante disso, acreditamos que somente uma educação cidadã antirracista será capaz de atingir a mente das pessoas e transformá-las; de modo a educá-las, ao longo da escolarização pública e privada, sobre a viabilização e o respeito às cotas.

Enquanto um coletivo de estudantes negras/os/es na Pós-Graduação, temos atuado em prol dos processos de conscientização, divulgação e implementação das cotas raciais¹²; contudo, não fechamos os olhos para as interseccionalidades de clas-

10 Entre 1999 e 2002, houve as primeiras discussões entre professores, alunos e pesquisadores sobre a questão racial e questões afirmativas no ensino superior. Essas questões também surgiram a partir dos movimentos sociais na Paraíba. Desde então, houve várias iniciativas, dentre as quais a oferta de disciplinas, como "Educação Étnico Racial no Centro de Educação e História da África" e "Relações Étnicas Raciais nas Ciências Sociais", ambas no Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes (CCHLA).

11 Para mais informações, consultar a Portaria Normativa nº 13, de 11 de maio de 2016. A portaria regulamentava as ações afirmativas para a inclusão de negros (pretos e pardos), indígenas e pessoas com deficiência nos programas de pós-graduação (mestrado, mestrado profissional e doutorado), em todas as Instituições Federais de Ensino Superior do país (Brasil, 2016).

12 O PPGA da UFPB, assim como diversos PPGs, adota as cotas raciais separadamente das cotas socioeconômicas. Para se concorrer a elas, deve-se apresentar uma autodeclaração que indica fazer parte de algum grupo das ações afirmativas.

se e gênero que atravessam esses espaços, tampouco para as realidades da população, e buscamos combater as diversas desigualdades. Não obstante, afirmamos que o instrumento das cotas raciais, como uma ação afirmativa, é uma ação de reparação histórica para trabalhadoras/es negras/os/es que foram submetidos a processos de subalternização não enfrentados por pessoas brancas no nosso país, mesmo que em condições econômicas pobres (Pereira; Rodrigues; Guilherme, 2010).

Posto isso, é de extrema relevância informar que o Manifesto em Favor da Lei de Cotas e do Estatuto da Igualdade Racial (2011) afirma que, uma vez que as/os cotistas negras/os acessam o ensino superior, suas notas são iguais ou superiores aos de brancos/as.

Como temos demonstrado até aqui, no que se refere ao aparato legal, nós temos, no Brasil, uma igualdade formal sendo construída, no âmbito da educação, mesmo que com inúmeros desafios e através de lutas. Contudo, a igualdade formal não garante a igualdade material, uma vez que, entre outros aspectos, a Constituição brasileira não considera as particularidades individuais. A igualdade material visa ao acesso aos bens e serviços básicos necessários para que os indivíduos tenham iguais oportunidades em suas trajetórias de vida. Defendemos que “igualdade formal e a igualdade material estão entrelaçadas, devendo andar lado a lado, visto que a desigualdade formal pode levar à desigualdade material e vice-versa” (Cazella, 2012, p. 377).

Assim, se há uma busca pela igualdade formalizada no direito, os dados da sociedade brasileira referentes à população negra demonstram que aquela não se verifica, materialmente (haja vista as estatísticas de morte e encarceramento do jovem negro, a sobrecarga e as múltiplas jornadas da mulher negra, etc.). Cazella (2012) aponta para o fato de que o meio jurídico não tem sido suficiente para superar a discriminação, e essa superação deve se dar nas relações sociais. Portanto, muito da discussão ainda se direciona para a melhoria do ensino básico como saída; e, nesse sentido, a autora defende uma melhoria do ensino público, para que as contradições legais sejam superadas e com isso se contemplem os motes econômicos para a conquista da equidade (Cazella, 2012).

Embora esse debate perpassasse nossa realidade enquanto pós-graduandos, reforçamos que racializar o debate educacional é uma necessidade desde a base, na luta antirracista. Reconhecemos avanços nesses sentidos (como a Lei nº 10.639/03, que estabelece diretrizes a respeito da obrigatoriedade do ensino de história e cultura afro-brasileiras), porém acreditamos que os espaços escolares precisam atuar também na conscientização das crianças brancas nos dias atuais. Ou seja, é necessário trazer para a consciência delas as violências que as crianças negras sofrem cotidianamente. Pois, como alerta Ribeiro, ao enxergarem o mundo a partir de um lugar de

privilégio, crianças brancas acabam acreditando que o seu mundo é o único possível (Ribeiro, 2019, p. 24). Junto com o Estado, a família e demais instituições, a escola possui grande responsabilidade nas mudanças que almejamos para a realidade da população negra.

Tendo apresentado o lugar da política de cotas, principalmente as raciais, afirmamos que as compreendemos como um mecanismo de decolonização, pois promover a inserção das pessoas negras em espaços – histórica, sistemática e cotidianamente – embranquecidos é, utilizando as palavras de Kilomba, agir em oposição ao que “o projeto colonial predeterminou” (2019, p. 28). Enquanto resistência à hegemonia da branquitude e às práticas racistas, compreendemos que, ao nos opormos ao racismo, precisamos (re)inventar regras e práticas vigentes. Posto isso, iremos aprofundar, no tópico a seguir, as ações do NEAN Oju Obá, retomando aspectos apresentados anteriormente através da escrita política das integrantes.

3. COALIZÃO DE ESTUDANTES NEGRAS/OS/ES: CONSTRUÇÃO DE SABERES COLETIVOS E PROPAGAÇÃO DE DIREITOS

Há três anos, o coletivo NEAN Oju Obá se movimenta, lutando em defesa de uma pedagogia decolonial e antirracista na educação superior, em prol da igualdade de oportunidades na Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal da Paraíba e de justiça social para discentes negras/os/es, com a efetivação das políticas de cotas. Duas iniciativas se destacaram como articuladoras e impulsionadoras do coletivo: o Curso Preparatório Negritudes no PPGA/UFPB, abordado densamente até o momento, como também a construção de uma rede de assistência e cuidado para discentes negras/os/es do PPGA (perceptível nos relatos apresentados).

O NEAN Oju Obá, junto a outros coletivos de pós-graduação no Brasil, tem se afirmado como movimento social político da população negra, tecendo ações de ativismo e resistência em torno de políticas públicas educacionais. Sabe-se também que os coletivos estão sendo importantes espaços de debate e formulação de assistência no acesso e na permanência de cotistas nos programas de pós-graduação. Torna-se cada vez mais patente a necessidade de chamar, criar, compartilhar e mapear a resistência negra em cursinhos, promovendo o fortalecimento da identidade racial de negras/os/es na pós-graduação.

A vulnerabilidade no acesso e na permanência de cotistas possui marcadores sociais da diferença pautados pelas relações de colonização e escravização. Ou seja, por longas datas, a vulnerabilidade da população negra foi marcada por uma ausência de direitos, exigindo das/os estudantes negros brasileiros ações articuladas para



o enfrentamento ao racismo estrutural, ao genocídio assistido e às desigualdades sociais, injustiças, violências físicas e simbólicas. Por isso, preocupamo-nos em informar às/aos discentes os seus direitos, para que estes sejam efetivados e promovam-se avanços. Consideramos tais movimentos capazes de realizar transformações na/da educação superior, e sonhamos com uma pós-graduação mais inclusiva.

O enfrentamento é necessário para sobreviver em uma pós-graduação. Defender nossos direitos e as políticas de cotas são formas de atuar em defesa da vida, do bem-viver; assim como atuar em defesa do direito a uma educação pública que leve à transformação social, garantindo que as/os estudantes possam ter informações sobre a participação efetiva na luta antirracista e se reconhecerem e atuarem enquanto sujeitos políticos. Acreditamos que a luta antirracista deve lutar pela condições materiais que promovam qualidade de vida para a população negra em todos os espaços.

Em busca por uma pedagogia decolonial e antirracista, ações em prol da igualdade de oportunidades e o enfrentamento das violências raciais são passos essenciais para os/as estudantes negros/as/es e para a criação de um ambiente acadêmico mais equitativo e saudável (física e mentalmente). Desse modo, além de uma construção política do discente ativista, o coletivo, no desenvolvimento das ações, acaba se tornando uma rede de apoio assistencial no sistema formativo educacional e um movimento de proteção e cuidado coletivos da população negra, no processo seletivo e no decorrer do curso.

Enfatizamos que as/os discentes do coletivo o propõem como um espaço de resistência, onde possam exercer algumas das inúmeras formas de representar o caráter político das identidades negras e construir redes de cuidado. Não normalizamos a academia como um espaço de adoecimento; acreditamos que um ambiente acadêmico saudável pode ser construído, entre outros aspectos, pelo fortalecimento entre nossos pares. Esse fortalecimento (demonstrado nos relatos das integrantes) potencializa o desenvolvimento integral dos membros do coletivo, promovendo não apenas o crescimento acadêmico, mas também o bem-viver.

Outro ponto que requer destaque a respeito da atuação do coletivo negro NEAN Oju Obá é o incentivo à investigação e à produção de conhecimento a partir do respeito e valorização das trajetórias e saberes das/os suas/seus integrantes. Desse modo, nossa luta também visa a enfrentar inegáveis efeitos da prática colonial atrelados à produção do conhecimento científico: as violências raciais e de gênero. Embora as questões em torno do gênero não estejam sendo apontadas com destaque ao longo do presente texto, é inegável que, como afirma Kilomba, “raça e gênero são inseparáveis” (2019, p. 94) para compreendermos a realidade.

Ao olharmos para os diversos espaços na sociedade, incluindo os espaços acadê-



micos, é perceptível que o gênero impacta a experiência do racismo de modo a produzir um efeito específico na vida das mulheres negras. Se os relatos expostos anteriormente fossem de homens negros, decerto as aflições seriam outras. Não cabe ao propósito do presente artigo esse aprofundamento, mas gostaríamos de destacar a presença do “racismo genderizado” nas universidades. Ou seja, as mulheres negras sofrem uma opressão racial “estruturada por percepções racistas de papéis de gênero”, que as leem de modo mais subalternizado do que as mulheres brancas (Kilomba, 2019, p. 99).

Destacada essa importante intersecção, apontamos que Gonzalez (2020) nos leva a questionar a reprodução e repetição dos modelos oferecidos pelas ciências sociais no que tange a diversas compreensões acerca da formação do Estado brasileiro. A partir do seu lugar de mulher negra, Gonzalez (2020) apresenta (através de uma perspectiva racial e genderizada) vários incômodos, apontando aquilo que a perspectiva hegemônica branca, masculina e elitizada (que institucionalizou as disciplinas das ciências sociais) não podia abarcar.

A autora nos fala sobre a lógica de domesticação (de modo geral, a internalização de valores brancos e ocidentais) que as ciências sociais ajudam (ou ajudaram) a legitimar (junto com seus mitos), sob a qual a população negra é (ou foi) submetida – sobretudo através da ideologia do branqueamento. Ela afirma que essa lógica faz com que a chamada cultura brasileira, em suas manifestações mais ou menos conscientes, oculte as marcas da africanidade que a constituem (embora esse ocultamento também revele alguns aspectos, na visão da autora) – o que coloca e mantém a população negra na lata de lixo da sociedade (Gonzalez, 2020).

Levando em consideração o que afirma Gonzalez (2020) sobre o racismo enquanto um sintoma da neurose cultural brasileira, percebe-se que nossa sociedade construiu modos de ocultamento do racismo para manter certos lugares de benefícios (Gonzalez, 2020). Desse modo, enquanto antropólogos e cientistas sociais negros, assumimos o compromisso de questionar esses lugares, resistir a eles e criar caminhos para mudanças e inclusões sociais.

A atuação do NEAN Oju Obá, realizada por pessoas negras e voluntárias/os (negras/os e brancas/os) de outras instituições¹³, também busca compartilhar nossos incômodos em relação ao ensino da antropologia e ao acesso aos espaços acadêmicos, refletindo sobre processos educativos. Um desses incômodos deve-se ao fato de que o discurso (ainda) dominante sobre a história da antropologia tira de cena o papel exercido por diversas populações durante a constituição da nossa disciplina, pois

13 Agradecemos aos voluntários (graduandos, mestrands, doutorands, professores, etc.) de diferentes regiões do Brasil, colaboradores negros e brancos, que participaram diretamente ou indiretamente em cada edição do Curso Preparatório; na apresentação e no debate dos textos teóricos das seleções, em palestras sobre o currículo Lattes, em oficinas sobre ensaio teórico, entre tantas outras ações realizadas ao longo de cada ano.

a narra a partir de uma única perspectiva (notoriamente colonizadora e masculina)¹⁴. Gonzalez (2020), no entanto, traz luz para enxergarmos que os “restos” que não entraram na institucionalização das disciplinas acadêmicas tencionam as narrativas estabelecidas; e dessa forma, assumem um papel intelectualmente ativo para falar e produzir a partir de um outro lugar (Gonzalez, 2020).

Os discursos hegemônicos (científicos, educacionais, políticos...), produzidos através de relações de poder, colocam o outro em lugar de objeto, de desumanização, e dessa forma, na perspectiva de Gonzalez (2020), pouco conseguem abarcar sobre a realidade alheia. E, ao não compreenderem o outro, não conseguem compreender a si mesmos.

Buscamos atuar academicamente e produzir uma ciência que mantenha-se atenta às perspectivas de classe e incorpore os marcadores sociais da diferença, sobretudo o de raça. Produzir a partir de um posicionamento racial não significa produzir uma outra ciência, significa entender que nossos corpos e nossos lugares sociais implicam essa produção e a nossa interpretação do mundo. Mantermo-nos alheios a essas condições envolve a perpetuação de espaços acadêmicos elitizados, excludentes e, majoritariamente, brancos. Espaços educacionais que perpetuam discursos aparentemente democráticos, mas que não dialogam com a experiência da população negra brasileira.

Dessa forma, enxergamos que é preciso falar sobre nosso país e sobre as mais diversas temáticas, clássicas e contemporâneas, das ciências sociais, a partir de uma prática que humanize as populações e dê visibilidade para o lugar da população negra em todos os contextos, permitindo que aqueles *sobre quem se tem falado* assumam suas próprias falas (Gonzalez, 2020). Enquanto coletivo, assumimos que é preciso falarmos de nós mesmos.

Nesse movimento, lutamos pela inclusão de autores negros (brasileiros e africanos) nas bibliografias e ementas das disciplinas ofertadas nas universidades. Elogiamos os intelectuais que têm contribuído com traduções e publicações de autores encobertos, alienados ou esquecidos na produção dos saberes (destacamos aqui a contribuição do curso Vozes Negras na Antropologia¹⁵). Em resumo, a prática e as

14 Nesse aspecto, percebemos um diálogo com outra intelectual negra, a escritora nigeriana Chimamanda Ngozi Adichie, no tocante à sua denúncia a respeito “do perigo de uma histórica única” (título de uma palestra sua disponibilizada no *YouTube* e de um livro, publicado pela Companhia das Letras, 2019). De modo geral, a autora nos fala sobre a necessidade de contarmos histórias a partir de diferentes perspectivas e olhares, calcados em diferentes experiências de vida, a fim de que possamos impedir que povos e grupos sejam reduzidos a narrativas estereotipadas, reducionistas e racistas.

15 Trata-se de um curso que apresenta a trajetória e as principais obras de intelectuais negros e negros. Entre estes, destacam-se Grada Kilomba, Leith Mullings, Zora Neale Hurston, Lélia Gonzalez, Virgínia Bicudo, Safi Faye, entre outras/os/es autoras/es. Recomendamos fortemente a ementa do curso; e que sirva de inspiração para as ementas dos cursos de Graduação e Pós-Graduação. Cf. Vozes Negras (2023). Agradecemos publicamente a Messias Basques pela construção do curso.



produções científicas que defendemos caracterizam-se por olharmos para o que ficou de fora e, atualmente, transformarmos não saberes em saberes.

De modo geral, acreditamos que as instituições precisam de reformas e alterações desde suas bases estruturais para se adequarem aos debates e conflitos sociais atuais, os quais temos apontado e para os quais temos chamado atenção a partir do recorte racial (perpassando algumas intersecções cujos aprofundamentos fugiam ao objetivo do trabalho).

Lutamos por representatividade em todos os espaços, por um número maior de discentes e docentes negras/os/es dentro da universidade, pela implementação de um referencial teórico-metodológico menos embranquecido e pela defesa e ampliação das políticas das cotas raciais. Além da inclusão, a população negra também precisa ser alvo de auxílios e bolsas (de estágio, de pesquisa, de extensão, etc.) que possibilitem sua permanência na universidade (temática que precisa ser alvo de estudos e políticas públicas). Por fim, lutamos pela continuidade das conquistas alcançadas pelas/os inúmeras/os/es companheiras/os/es negras/os/es que vieram antes de nós.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste artigo, exploramos a importância de um coletivo da população negra dentro de um programa de pós-graduação, destacando nosso papel na luta por direitos, na busca por justiça social e por reconhecimento da identidade. Não obstante, o artigo não se limitou a um debate de denúncias e enfrentamentos político-institucionais. Ao reconhecermos as experiências e vivências de alunas/os/es negras/os/es, marcadas por um histórico de discriminação, opressão e exclusão de espaços majoritariamente brancos, também discutimos as dimensões emocionais envolvidas em nossas trajetórias. Isso é perceptível desde o título do trabalho: nós nos identificamos coletivamente com a frase dita pela mãe da nossa companheira, tendo em vista que, além da academia, somos corpos no mundo, em procura de outros saberes e formas de viver, os quais se entrelaçam entre vida acadêmica e vida pessoal, cada uma com sua singularidade e subjetividade.

Kilomba nos fala de uma “fome coletiva de ganhar a voz, escrever e recuperar nossa história escondida” (Kilomba, 2019, p. 27). Com esse intuito, trouxemos as vozes das nossas participantes transformadas em texto. Ao compartilharmos nossas experiências individuais, percebemos que elas não são, de fato, individuais, no que tange aos processos educacionais – e não só – da população negra. Desse modo, acreditamos que compartilhar nossas experiências coletivas nos faz avançar politicamente e nos fortalece enquanto pares.



Percebemos como a construção de uma identidade negra e de sua autoestima foi violada ao longo de nossa trajetória. Portanto, como coletivo, temos buscado compartilhar experiências e valorizar a cultura e a história afrodescendentes, bem como o sentido de ser negro no Brasil e nos espaços acadêmicos.

Ao mantermos a resistência e a solidariedade como nossas estratégias fundamentais de enfrentamento, nosso trabalho também enfatizou que nosso coletivo busca reumanizar e repotencializar (com vida/axé/ntu) esses corpos negros. No entanto, ressaltamos que reverter a construção da desumanização dos corpos negros, que foi enraizada por tantos anos em nosso país como causa e efeito do racismo, deve ser um projeto coletivo de interesse de todos os brasileiros, e prioridade em todas as esferas. São a consistência e a permanência das práticas antirracistas que podem nos conduzir a lugares de/com maior justiça social (Almeida, 2020).

Sem dúvidas, o coletivo NEAN Oju Obá desempenha um papel crucial na construção de uma educação de acesso e fortalecimento das políticas de cotas. Além disso, o coletivo desempenha um papel significativo no empoderamento e no fortalecimento da população negra, conforme foi aqui compartilhado através dos relatos de três integrantes. Esse é um espaço de apoio e cuidado, onde podemos nos unir, compartilhar nossas experiências, lutar contra o racismo estrutural e nos apoiar mutuamente. Essa união amplifica nossa voz coletiva, à medida que reivindicamos direitos, clamamos por mudanças e influenciemos o fortalecimento de políticas públicas sociais e o manejo dos afetos.

Por fim, gostaríamos de apresentar dois desafios que identificamos para continuarmos a construir novos caminhos na Universidade Federal da Paraíba. O primeiro diz respeito a um alerta feito por Munanga (2010) sobre o desafio da implantação de uma educação antirracista na sociedade brasileira, uma vez que o racismo institucional perpassa toda estrutura educacional e conta com educadores que foram também formados em uma educação racista. Nesse contexto, é fundamental envolver os próprios educadores nesse processo de mudança. Essa realidade é visível no contexto universitário, especialmente nos programas de pós-graduação.

O segundo desafio está relacionado ao lugar da branquitude. Deve-se reconhecer não apenas o papel de resistência, solidariedade e enfrentamento dos grupos racializados como não brancos, mas também deve-se reconhecer o lugar claro de privilégio dos brancos dentro dos espaços acadêmicos. A branquitude é algo importante de ser estudado na busca por compreender como as desigualdades vêm sendo alimentadas.

Para concluir, afirmamos que o coletivo NEAN Oju Obá atua alicerçado na lógica ancestral do Axé, que representa a força vital expressa na filosofia banto – no



radical *ntu* (indivíduo em si) e *mntu* (outros indivíduos). Nessa filosofia, a força se complementa e se concretiza por meio do reconhecimento do outro, tal como um espelho que não reflete a igualdade absoluta, mas serve de instrumento de auto(re) conhecimento, permitindo-nos identificar semelhanças e similitudes. Logo, *mntu* é também entendido como a força de se conhecer. A cumplicidade que repousa no cuidado dedicado por e entre cada um da comunidade permite que, mesmo quando enfraquecido, o indivíduo (*ntu*) encontre força e fortalecimento no grupo/coletivo (*mntu*). Seguimos por esse caminho, buscando construir novas abordagens para ensinar e aprender.



REFERÊNCIAS

- ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **O perigo de uma história única**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- ALMEIDA, Silvio. Três concepções de racismo: individualista, institucional e estrutural. In: **Racismo estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro: Editora Jandaíra, 2020. p. 35-57.
- BRASIL. Ministério da Educação. Portaria Normativa nº 13, de 11 de maio de 2016. Regulamenta as ações afirmativas para os programas de pós-graduação (mestrado, mestrado profissional e doutorado), em todas as Instituições Federais de Ensino Superior do país. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 12 de maio de 2016. Seção 1, p. 26.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012**. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Brasília, DF: MEC, 2012. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm. Acesso em: 30 mai. 2023.
- CAZELLA, Barbara Bruna Bressiani. O sistema de cotas raciais para negros nas universidades públicas brasileiras. **Espaço Jurídico**, Santa Catarina, v. 3, n. 2, p. 373-392, dez. 2012.
- FERREIRA, Bia. Cotas não é esmola. Compositor: Bia Ferreira. Ano de lançamento: 2017. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=QcQlaoHajoM>>. Acesso em: 2 fev. 2024.
- FERREIRA, Laila Cristina Domingos. **Heteroidentificação**: um olhar dos estudos culturais sobre o processo de entrada do aluno cotista na Universidade. 98 f. 2022. Dissertação (Mestrado em Estudos Culturais) – Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Aquidauana, 2022. Disponível em: <<https://repositorio.ufms.br/handle/123456789/5419?mode=full>>. Acesso em: 14 jun. 2023.
- FRY, Peter; MAGGIE, Yvonne. Cotas raciais: construindo um país dividido? **Econômica**, Rio de Janeiro, v. 6, p. 153-161, jun. 2004. Disponível em: <<https://periodicos.uff.br/revistaeconomica/article/view/34948>> Acesso em: 30 mai. 2023.
- GIL, Gilberto. Ojú Obá. (Compositores: Gilberto Gil e Torquato Neto). In: **Gilberto Gil**. Rio de Janeiro: Philips, 1968.
- GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: **Por um feminismo-afro-latino-americano**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020. p. 75-93.
- HOOKS, bell. **Ensinando a transgredir**: a educação como prática da liberdade. 2ª edição. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2017.
- KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação**: episódios de racismo cotidianos. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.
- MUNANGA, Kabengele. Considerações sobre o debate nacional a respeito do multiculturalismo na escola e das cotas no Ensino Superior. **Universidade e Sociedade**, Brasília, ano XX, n. 46, p. 35-44, jun. 2010. Disponível em: https://www.andes.org.br/img/midias/05cd15cdb0e6e8501dc339c5db988971_1548175025.pdf. Acesso em: 14 jun. 2023.



NASCIMENTO, Abdias do. Pronunciamento de Abdias Nascimento em 20/03/1997. Comemoração do Dia Internacional pela Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial. **Senado Federal**. Brasília: Senado Federal, 20 mar. 1997. Disponível em: <<https://www25.senado.leg.br/web/atividade/pronunciamentos/-/p/pronunciamento/202173>>. Acesso em: 30 mai. 2023.

NASCIMENTO, Abdias do. **Projeto de Lei 1332/1983**. Brasília: Câmara dos Deputados, 1983. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1167638> Acesso em: 30 mai. 2023.

OLIVEIRA, Rosiane Trabuco; VELAME, João Vítor; SILVA, Weverson Bezerra; SILVA, Uliana Gomes da; SANTOS, Ana Margarida Andrade.; SANTIAGO, Marina Prado. Nean Oju Obá: enfrentamentos e aquilombamento de estudantes negras(os) da Universidade Federal da Paraíba. **Cadernos de Campo**, São Paulo, v. 31, n. 2, p. e203132, 2022. DOI: 10.11606/issn.2316-9133.v31i2pe203132. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/cadernosdecampo/article/view/203132>. Acesso em: 28 maio. 2023.

PEREIRA, Andresa Braga; RODRIGUES, Eliane; GUILHERME, Rosilaine Coradini. Ações afirmativas: políticas de cotas raciais para o ingresso nas universidades públicas. **Textos & Contextos**, Porto Alegre, v. 9, n. 2, p. 244-250, ago./dez. 2010. Disponível em: <<https://jornal.ufg.br/n/155775-avancos-nas-acoas-afirmativas-com-a-lei-de-cotas>>. Acesso em: 30 mai. 2023.

RIBEIRO, Djamila. **Pequeno manual antirracista**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SANTOS, Sales Augusto; FREITAS, Matheus Silva. Sistema de cotas e conflitos raciais violentos no Brasil em tempo de políticas de ação afirmativa: fato ou suposições infundadas?. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, Rio Grande, v. 13, n. 27, p. 16-49, jul./dez. 2021.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (UERJ). Diretoria de Comunicação da UERJ. Uerj aprova criação de comissão para validar autodeclaração étnico-racial em concursos. **UERJ** (on-line), Rio de Janeiro, 15 mar. 2021. Disponível em: <https://www.uerj.br/noticia/uerj-aprova-criacao-de-comissao-para-validar-autodeclaracao-etnico-racial-em-concursos/>. Acesso em: 14 jun. 2023.

VIEIRA JÚNIOR, Itamar. **Torto arado**. São Paulo: Todavia, 2019.

VOZES NEGRAS. Ementa. **Vozes negras na antropologia** (on-line), [s. l.], 2023. Disponível em: <https://www.vozesnegras.com/ementa>. Acesso em: 14 jun. 2023.

